

A Importância da Mediação Autoral de Jornalistas nas Reportagens Sobre Crianças com Deficiência¹

Giselle FREIRE²
Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, SP

RESUMO

Com base em estudos de Cremilda Medina e Muniz Sodré este artigo baseia-se na ideia de que os jornalistas possuem a responsabilidade de serem mais do que repetidores de acontecimentos do presente, mas sim de serem produtores de sentidos por meio de uma observação atenta e sensível dos fatos e protagonistas envolvidos, do diálogo com as fontes e da costura das opiniões, vozes e visões em suas reportagens. A predisposição à mediação social torna o jornalista um influenciador social para que possamos abandonar preconceitos e reverter estereótipos, como por exemplo quando se fala sobre crianças com deficiências. Apresentamos aqui novos conceitos sobre deficiências, a análise de como a deficiência deve ser abordada na mídia; e como exemplo do jornalista-mediador analisamos a reportagem de Ricardo Kotscho sobre autismo, na Folha de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação; deficiências; mediação; reportagem; inclusão.

Sobre Deficiências

“Todas as pessoas são aquilo que a sua história, sua condição social e seu eu permitem” (RIBAS, 1985, p. 51).

Desde a Antiguidade Clássica, muitas crianças com deficiência eram identificadas como indesejadas, as que não deveriam existir. Uma vergonha. Na Grécia e depois em Roma muitas delas foram mortas por causa de suas deficiências. Pessoas com deficiências passaram ainda por outras formas de violência, ao longo dos tempos. Situações de esterilização em massa, pelo extermínio durante o Nazismo, o isolamento em asilos e todo tipo de forma de afastar a “anormalidade” da normalidade dominante.

¹ Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda em Comunicação pela Faculdade Cásper Líbero, na linha de pesquisa “Produtos midiáticos: jornalismo e entretenimento”. Formada em Comunicação Social/Jornalismo pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - ECO-UFRJ. E-mail: freire.giselle@gmail.com

É triste a constatação de que esse tipo de olhar não pertence ao passado. A sociedade contemporânea continua imersa em uma visão preconceituosa, que cria barreiras e dificulta a vida de pessoas com deficiência, crianças, jovens e adultos.

Até muito pouco tempo atrás, pensar em deficiência significava pensar apenas em seus tipos – físicas, sensoriais (auditivas e visuais) e mentais – e na imagem que as pessoas com deficiências imprimiam na sociedade em expressões como: “inválidos”, “alijados”, “excepcionais”, além de outras que também reforçavam o velho conceito de incapacidade de uma pessoa com algum tipo de deficiência.

Segundo João Ribas (1983, p.9), “a partir da década de 70, muita gente, principalmente fora do país, começou a pensar que estes ‘termos’ ou ‘definições’ não davam conta da realidade total e correta das pessoas deficientes”. No entanto, mesmo que naquela época a ONU e a OMS tenham tentado substituir certas expressões, uniformizando mundialmente o termo “pessoa deficiente” em sua Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 1975, na tentativa de “eliminar a incoerência dos ‘conceitos’”, ainda assim “a palavra ‘deficiente’ tem um significado muito forte. De certo modo ela se opõe à palavra eficiente. Ser ‘deficiente’ antes de tudo é não ser ‘capaz’, não ser ‘eficaz’” (RIBAS, 1985, p. 12). O que significa que as expressões construídas e utilizadas por nós por tanto tempo criaram estigmas difíceis de serem superados.

Todas as pessoas deficientes são iguais? Claro que não. O estigma da deficiência acaba por fazer com que a população acredite que todos os deficientes são iguais. Isso não é verdade. Certamente teremos deficientes com graves limitações, incapacitados, mas também teremos indivíduos cuja deficiência não lhes traz nenhuma (ou quase nenhuma) incapacidade (RIBAS, 1985, p. 29).

Depois da Declaração de 1975, diversos documentos mundiais foram sendo divulgados sobre o tema da deficiência. Alguns são considerados marcos de um novo olhar sobre as pessoas com deficiências, entretanto, foi somente em 2007, com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) – no Brasil esta convenção foi ratificada pelo Governo Federal e ganhou status de emenda constitucional, fazendo parte agora da Constituição Brasileira – foram definidos e reforçados conceitos complexos para a compreensão de que a deficiência é muito mais do que apenas pessoas “deficientes” sob uma perspectiva médica, e sim uma prioridade quando falamos de direitos humanos e desenvolvimento.

A deficiência é complexa, dinâmica, multidimensional e questionada. Nas últimas décadas, o movimento das pessoas com deficiência, juntamente com inúmeros pesquisadores das ciências sociais e da saúde têm identificado o papel das barreiras físicas e sociais para a deficiência. **A transição de uma perspectiva individual e médica para uma perspectiva estrutural e social foi descrita como a mudança de um “modelo médico” para um “modelo social” no qual as pessoas são vistas como deficientes pela sociedade e não devido a seus corpos.** O modelo médico e o modelo social costumam ser apresentados como separados, mas a deficiência não deve ser vista como algo puramente médico nem como algo puramente social: pessoas com deficiência frequentemente podem apresentar problemas decorrentes de seu estado físico. É necessário fazer uma abordagem mais equilibrada que dê o devido peso aos diferentes aspectos da deficiência (RELATÓRIO, 2012, p.4) (grifo do autor).

As pessoas com deficiência são diferentes entre si e as generalizações sobre incapacidades só geram mais preconceito e estigma. O grande avanço que encontramos no Relatório desta Convenção, chamado de *World report on disability*, publicado em 2011 e traduzido pelo Governo do Estado de São Paulo em 2012 sob o título “Relatório Mundial sobre deficiência”, é a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Ela “compreende funcionalidade e deficiência como uma interação dinâmica entre problemas de saúde e fatores contextuais, tanto pessoais quanto ambientais” (RELATÓRIO, 2012, p. 4). Ou seja, apenas uma deficiência não pode mais ser considerada a total e irrestrita identificação de uma pessoa. Esse foi um avanço imenso.

A deficiência é apenas mais um dentre tantos aspectos do ser humano. Consideramos aqui, principalmente, que o ambiente tem um enorme impacto sobre a experiência e a extensão das deficiências, pois ambientes inacessíveis criam deficiências ao erguerem barreiras que limitam a participação e a inclusão.

A grande mudança cognitiva decorrente do novo olhar que o Relatório apresenta é a mudança de termos: de “deficientes” para “pessoas com deficiências”. A linearidade dualista do eficiente *versus* deficiente não pode ter mais lugar numa sociedade inclusiva.

Sendo assim, a mais clara definição de deficiência foi transcrita nos verbetes do Manual de Redação – Mídia Inclusiva, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: “a deficiência é uma situação resultante da interação entre um ser humano que tem uma determinada limitação e o ambiente em que vive ou está naquele instante (RELATÓRIO, 2012, p. 6)”. Ou seja, enquanto cidadãos, temos a obrigação de ajudar a criar ambientes que proporcionem cada vez mais a diminuição das limitações de pessoas com deficiências em nossa sociedade. E mais importante, conforme veremos ao longo do artigo, é que os

meios de comunicação são essenciais para a divulgação desse novo olhar, desse novo modo de “estar no mundo” para as pessoas com deficiência. Eles têm a responsabilidade de influenciar positivamente a sociedade para longe dos antigos estigmas.

Em entrevista ao relatório *Mídia e Deficiência*, da ANDI, Débora Diniz³, destaca o que este novo conceito de deficiência nos sugere “que ao invés de olhar para o indivíduo e comentar que ele não tem uma mão, devemos questionar: “que sociedade é essa em que vivemos, que não é capaz de fazer ajustes para que as pessoas que não tenham mão sejam produtivas?”. E é a partir dessa ideia de inclusão que Diniz propõe que avança este artigo, tendo como objetivo apontar caminhos que ajudem a combater os estigmas e a discriminação por meio das narrativas jornalísticas.

O Contexto da Deficiência na Mídia

Os meios de comunicação têm importância fundamental como agentes facilitadores na difusão e troca de informações na sociedade. O envolvimento da sociedade no debate sobre questões relacionadas à deficiência é imprescindível para reverter o quadro de preconceitos.

Para uma cobertura realmente qualificada sobre temas relacionados às pessoas com deficiência é preciso uma mudança de paradigmas. O relatório *Mídia e Deficiência*, editado pela ANDI, recomenda princípios importantes na composição das reportagens jornalísticas sobre pessoas com deficiências.

Antes de mais nada, é importante que o jornalista mantenha os mesmos critérios de rigor, espírito investigativo, senso crítico, checagem de dados e confronto de múltiplas opiniões que usa para elaborar uma boa matéria sobre qualquer outra pauta. Essa atitude evitaria muitos equívocos detectados na cobertura analisada nas pesquisas. Nada justifica que o profissional da imprensa coloque em suspensão o senso crítico e se invista de uma postura ingênua e complacente quando se depara com as temáticas relacionadas ao universo das pessoas com deficiência, ainda quando movido pelas melhores das intenções. Pelas mesmas razões invocadas, não é recomendável superestimar e mistificar as pessoas com deficiência (VIVARTA, 2003, p. 38).

³ Débora Diniz é Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília e diretora da Organização Não-Governamental Anis – Instituto de Bioética, Desenvolvimento Humano e Gênero. Ela tem atuado como consultora do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Banco Mundial, em projetos sobre pessoas com deficiência.

O relatório destaca recomendações para os profissionais de comunicação, não só na composição das notícias como na formulação de conceitos a serem afirmados no conteúdo das reportagens. A primeira recomendação é de que precisamos partir do “pressuposto da diversidade, da diferença e do exercício do olhar que considera a pessoa com deficiência como um cidadão” (VIVARTA, 2003, p. 150). Complementando que “é importante adotar a ótica de que a deficiência pode ser uma característica, mas não traduz a pessoa do ponto de vista de sua humanidade e do seu direito de estar inserida em todos os espaços da vida social” (VIVARTA, 2003, p. 150).

A segunda recomendação é sempre representar as pessoas com deficiências como sujeitos de direitos, como quaisquer outros cidadãos. “Na cobertura de um evento (eleitoral, cultural ou cívico), por exemplo, o profissional deve manter um olhar atilado para as questões de acessibilidade. Esses cuidados podem transformar comportamentos, ampliar perspectivas e enriquecer conteúdos” (VIVARTA, 2003, p. 150).

Para o relatório citado, a ANDI e Fundação Banco do Brasil desenvolveram uma pesquisa que revela alguns dados que ilustram este panorama: “Não há preocupação em divulgar serviços relacionados à melhora da qualidade de vida de crianças, adolescentes, adultos e idosos com deficiência. Mais de 60% das matérias analisadas só ouviram uma fonte. Na maioria delas tampouco há clareza sobre os direitos desses cidadãos” (VIVARTA, 2003, p. 36). Dados como estes ficam mais claros quando constatamos que “do ponto de vista das Fontes Ouvidas, 6,4% delas eram pessoas com deficiência e 3,5% seus familiares. Os índices estão longe de alcançar o nível necessário para dar real visibilidade às questões relacionadas ao universo desse segmento populacional”. Ao contrário, o importante, recomenda Vivarta (2003), é o incremento de vozes nas representações discursivas da inclusão.

No esforço para se atingir uma boa cobertura, seria, ainda, desejável que a imprensa ampliasse o leque de fontes ouvidas, dando visibilidade a múltiplos pontos de vista, capazes de contribuir para o processo de inserção social das pessoas com deficiência (VIVARTA, 2003, p.18).

Quando os jornalistas se restringem a ouvir apenas uma fonte, acabam por restringir o que deveria ser uma visão plural dos acontecimentos e dos seres humanos. Como nos ensina Cremilda Medina a voz do jornalista “emerge tanto na competência da articulação de sentidos, quanto no próprio diagnóstico que não se entrega a monocausalidade, prefere procurar, em meio às causalidades múltiplas, ambiguidades e contradições” (MEDINA, 2011, p.2). Já quando o jornalista mediador se abre para a

compreensão de todo o leque de possíveis circunstâncias, ele “cria condições para o diálogo dos diferentes, colhendo e articulando significados, comportamentos, visões de mundo” (MEDINA, 2011, p.3).

O que este artigo busca é fomentar a importância de que os jornalistas promovam o que Medina (2011, p.3) chama de “mediação autoral responsável”, sem juízos de valor, mas com a “ênfase de um criador cuja narrativa da contemporaneidade reúne múltiplas vozes e múltiplos significados”.

Em 2002, a ONG Escola de Gente – criada com o objetivo de transformar políticas públicas em políticas inclusivas para que pessoas com e sem deficiência exerçam seus direitos humanos desde a infância – editou o Manual da Mídia Legal⁴, que até hoje é uma referência quando se fala colocar a comunicação a serviço da cultura pró-inclusão na sociedade.

Ao ajudar profissionais da mídia a desenvolver um olhar mais desconfiado sobre suas certezas e as de suas fontes, acreditamos estar colaborando para um processo de mútua qualificação. Se, na cobertura de tantos outros temas, nós, jornalistas, não publicamos nada sem investigar e confrontar informações, por que não adotar critério idêntico na questão que este manual focaliza? Bem, talvez até possamos arriscar uma resposta: o assunto deficiência gera um tipo de emoção que nos impede de manter a lucidez defendida no exercício diário da profissão (MANUAL, 2002, p.6).

Segundo a Diretora-Executiva da Escola de Gente, Cláudia Werneck, a instituição defende a crença de que os jornalistas são agentes da história e não apenas observadores e documentadores das transformações sociais almejadas (MANUAL, 2010). Desse modo,

⁴ Mídia Legal foi o nome dado ao manual, pois para a sua composição foram estudadas duas normas internacionais na época pouco conhecidas no Brasil: a Resolução 45/91, da ONU, que discorre sobre o conceito de sociedade inclusiva, a chamada sociedade para TODOS (expressão usada de forma bastante generosa e leviana no Brasil e no mundo) e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, conhecida como Convenção da Guatemala. Estudar essas Normas é conhecer um mundo novo e, principalmente, perceber com clareza que para deixar de discriminar não basta querer, é preciso estudar e se exercitar, preparar-se para se surpreender com o tamanho dos nossos equívocos. É importante saber que o Brasil é signatário da Convenção da Guatemala, documento aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo no 198, de 13 de junho de 2001, que deu origem ao Decreto no 3.956, de 08 de outubro de 2001, assinado pela presidência da República. Pela primeira vez, então, foi explicitado em Lei o que é discriminar com base na deficiência. E, segundo o Ministério Público, o Decreto no 3.956 tem tanto valor quanto uma norma da Constituição Federal, pois se refere aos direitos e garantias fundamentais da pessoa, estando acima de leis, resoluções e decretos.

é imprescindível que os jornalistas estejam preparados para divulgar e disseminar corretamente o direito à inclusão das pessoas com deficiência.

A mídia é reflexo de uma sociedade pretenciosa e incapaz de perceber a deficiência como questão humana. Por isso, o tema nem chega a ser questão política e social. Deficiência é assunto de ninguém. Nós, da imprensa, apenas reproduzimos uma dificuldade que é de todos nós. Nada mais exposto a opinião pública que jornalistas assinando artigos ou ancorando telejornais. Através desta exposição, a mídia denuncia a inabilidade do indivíduo comum (WERNECK, 1997, p. 231).

Inclusão é uma conquista no campo dos direitos humanos modernos, em plano nacional e internacional, com o objetivo de dignificar toda a diversidade humana. “*Inclusão* é o direito de todos os seres humanos participarem ativamente da vida pública, sem limites de credo, religião, posição política, etnia, opção sexual ou grau de deficiência (MANUAL, 2012, p.16). Para além da ideia primordial de inclusão, a precisão dos conceitos está intimamente ligado à atenção com a linguagem. A mudança de mentalidade deve estar atrelada à da terminologia. O ideal é que os jornalistas se dediquem à revisão constante dos termos que se referem às pessoas com deficiências.

É muito importante saber utilizar cada termo no contexto mais adequado. Não se recomenda o uso das palavras “portador” ou “deficiente”. Como vimos, pessoas com deficiência vêm argumentando que elas não portam uma deficiência como portamos um sapato ou uma bolsa. Já a palavra “deficiente” tem a desvantagem de tomar a parte pelo todo, sugerindo que a pessoa inteira é deficiente. É preferível a expressão “pessoa com deficiência”, que reconhece a condição de determinado indivíduo, sem desqualificá-lo (VIVARTA, 2003, p.38).

Por isso, se desejamos falar ou escrever de forma construtiva e inserida em uma perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de caráter humano, a terminologia correta é especialmente importante. Mesmo a terminologia positiva deve ser exata, nem mais nem menos, ainda mais quando abordamos temas que podem ser derivados de estereótipos. E mais importante, que as narrativas jornalísticas sejam inclusivas e dialógicas. Dialógicas sim, como nos lembra Medina: “para fazer jus a à semântica de comunicação, substituímos a mecânica da difusão pela dinâmica dialógica, em que emerge um complexo EU-TU, para lembrar Martin Buber” (MEDINA, 2011, p.4). Segundo Medina, perguntas e respostas prontas impedem a dialogia, o olhar o outro como um TU, um ser humano, e não um ISSO inanimado, um objeto⁵.

⁵ Martin Buber analisa ontologicamente este jogo de aparências entre duas pessoas justapostas no diálogo (verbal ou não-verbal). A única possibilidade de autenticidade, verdade, entre os dois

O Território da Reportagem

As abordagens teóricas sobre a questão dos gêneros jornalísticos são imprescindíveis para a prática profissional, sendo, portanto, como nos indica Ana Carolina Temer (2016, p.1) “previsível sua classificação com base na ocorrência empírica resultante da prática discursiva profissional (a notícia, a reportagem, o editorial etc.)”. Cremilda Medina em seu livro “Notícia: um produto à venda”, apresenta classificações da mensagem jornalística feita por vários autores do meio, que analisam em duas formas: “a classificação pragmática que se detém na superfície impressa do jornal e a classificação conceitual que procura raízes dessa superfície” (MEDINA, 1998, p.69).

Luiz Beltrão e José Marques de Melo são pioneiros na investigação sobre o tema no Brasil. A primeira classificação foi desenvolvida por Luiz Beltrão que toma como conceito as funções que os textos desempenham em relação ao leitor: informar e orientar (1976). A classificação foi desenvolvida ao longo de três livros lançados sobre cada um dos gêneros propostos: informativo, interpretativo e opinativo. No gênero informativo, os formatos propostos são: notícia, reportagem, história de interesse humano e informação pela imagem. Já no interpretativo, há somente uma classificação, a da reportagem em profundidade. E no último gênero proposto por Beltrão, o opinativo, os formatos seriam cinco: editorial, artigo, crônica, opinião ilustrada e opinião do leitor.

Em contrapartida, José Marques de Melo desenvolve sua primeira classificação baseada na prática profissional, na qual estão apenas duas categorias o jornalismo opinativo e o informativo. Em 2016, Marques de Melo e Francisco de Assim, no *artigo* “*Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório*” passaram a incluir também o jornalismo interpretativo em sua classificação, criando ainda mais dois novos gêneros, o Diversional e o Utilitário.

Neste contexto, a reportagem (em profundidade ou não) para Marques de Melo é da ordem do informativo, e, caracterizar a reportagem como informativa, faz com que ela se resuma apenas a divulgação de algo. No entanto, partindo da identificação das principais características que Sodré e Ferrari enumeram como a melhor forma de se fazer

interlocutores é a entrega do EU ao TU, um TU-PESSOA e não um TU-ISTO (MEDINA, 2004, p.13).

reportagem: “a) predominância da forma narrativa; b) humanização do relato; c) texto de natureza impressionista d) objetividade dos fatos narrados” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 15), podemos então entender a reportagem da maneira que Luiz Beltrão a classifica: interpretativa, trazendo a profundidade da qual falamos anteriormente.

Isto acontece por conta do fato de que reportagem não é simplesmente informativa, mas intimamente ligada a posição do jornalista como autor-mediador social, um produtor de sentidos, que se dedica “à arte, à prática de reportar o mundo vivo” para “tecer as mediações simbólicas da realidade contemporânea” (MEDINA, 2006, p.87). É solicitada do jornalista uma observação atenta e sensível dos fatos e protagonistas envolvidos, no diálogo com as fontes e na costura das opiniões, vozes e visões na redação do texto.

[...] a reportagem, na sua estilística interpretativa, articula [...] entrevistas conceituais com o protagonismo e o contexto sociocultural numa narrativa autoral que põe em movimento a aventura humana. O resgate da cena viva exige a criação de um narrador que dramatize o que se passa à sua volta. Para isso o autor da narrativa é um ser aberto aos demais códigos da experiência social que observa (MEDINA, 2008, p.98).

Diferente do que se vê nas notícias divulgadas superficialmente, sem aprofundamento dos fatos, e considerando o jornalista como um mediador, podemos encontrar as marcas da compreensão e da subjetividade do narrador nas reportagens.

A plenitude dos cinco sentidos no repórter afeto ao acontecimento lhe dá condições para ensaiar uma compreensão da dinâmica do caos em seus múltiplos códigos. Jornalistas que narram tanto o cotidiano quanto o evento extraordinário são convidados a fertilizar o texto verbal com notações não-verbais (MEDINA, 2008, p.107).

Tendo como base essa perspectiva, o que destoa é a afirmação de Sodré e Ferrari quando dizem que a reportagem se caracteriza “apenas” pela objetividade dos fatos narrados. Atualmente tem se aberto mão das reportagens em profundidade em nome de uma objetividade positivista de números, gráficos e pesquisas, da informação rápida precisa e clara. Este tipo de olhar, nos conduz a uma pretensão de narrar com distanciamento, com uma pressuposta neutralidade e com primazia de objetividade. Medina, indo na direção contrária, amplia a visão para o campo da subjetividade afirmando que:

A informação jornalística plenamente humanizada atenderia, pois, a uma demanda complexa: ideias e conceitos ou diagnósticos, emoções, mitos, comportamentos e estratégias de ação. Uma vez que o jornalista é um mediador-

produtor de sentidos, ele capta informações factuais ou enunciações do mundo das ideias, emoções da subjetividade que está exposto [...] (MEDINA, 2006, p. 122).

A humanização da informação jornalística a que Medina se refere seria ainda o que ela chama de “permeabilidade ao outro”. Se estivermos abertos ao diálogo o jornalista-mediador poderá ajudar na “desconstrução dos pré-conceitos, dos dogmas e dos paradigmas estratificados” (MEDINA, 2011, p.5). Ela também aponta que a reportagem é um diálogo social e o jornalista deve estar atento a seu aparato sensível no contato com o outro e com o mundo, pois “na captação plena, os sentidos se mobilizam para enviar informações preciosas a linguagem dialógica” (MEDINA, 2011, p.5).

A partir do entendimento da reportagem enquanto diálogo social, o jornalista passa a ser mais do que um repetidor de acontecimentos do presente, pois:

A reportagem visa atender a necessidade de ampliar os fatos para uma dimensão contextual e colocar para o receptor uma compreensão de maior alcance, objetivo melhor atingido na prática da grande-reportagem, que possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto e oferece ao seu autor uma dose ponderável de liberdade para superar os padrões e fórmulas convencionais do tratamento da notícia (LAGE, 2001, p. 31).

Mas, na atualidade, não é tão simples que os jornalistas consigam se dedicar ao aprofundamento em meio à rotina exaustiva das redações, e nem sempre é fácil encontrar espaço para a publicação das reportagens em jornais e revistas que buscam cada vez mais sobreviver em meio às crises econômicas e sociais brasileiras.

Se examinarmos, grosso modo, as narrativas da contemporaneidade na mídia, logo se verificam as noções de certo e errado, de causa e efeito, de sujeito e objeto em primeiríssimo plano e as noções de igual modo presentes (MEDINA, 2006, p. 121).

Mas é imprescindível que a reportagem, narrativa dialógica e compreensiva continue aparecendo na voz dos jornalistas e seus personagens, para que permaneça viva a mediação social.

A criação de narradores, uma vez que estes não se confundem com o autor, responde ao impulso dialógico, e não ao autoritarismo monológico. As cenas que compõem a dramaturgia narrativa nascem da percepção viva de quem foi ao mundo e não se fechou na couraça dos que não viram, não cheiraram, não tocaram, não ouviram nem degustaram – aqueles relatos preconceituosos sabem de antemão o que vão descrever. [...] A forma de narrar não baixa do céu de graça, mas a graça de sentir profundamente o mundo e o outro, em movimento, encurta os caminhos nunca dantes navegados. A dor permanece na razão direta da disciplina solidária (MEDINA, 2003, p.143).

O jornalista mediador de vários saberes carrega a “responsabilidade autoral de criar, renovar ou simplesmente administrar os significados dessa realidade vocalizados ou não por fontes de informação” (MEDINA, 2006, p. 22). O que nos conduz a necessidade de que os jornalistas estejam abertos ao Outro, a quem é sujeito como ele, a quem ouviremos e compreenderemos.

O que efetivamente sinaliza a busca autoral é a narrativa dos afetos. Descobrir-se afeto ao seu tempo. Perceber a dimensão indenitária de estar afeto ao outro, embora existam conflitos e diferenças que são inerentes à convivência. Conscientizar as virtualidades regionais irrigadas pela sutileza dos afetos, e não pela inteligência afetada” (MEDINA, 2006, p. 76).

Narrar de forma interpretativa está longe de “encarar um fato específico como um momento visível da história e passível de ter representado numa pirâmide invertida, em um lead sumário (abertura ou cabeça da matéria), em um título-padrão (substantivo-sujeito ou verbo-predicado), em imagens e sons tecnicamente padronizados [...] (MEDINA, 2006, p. 121). Mas antes devemos considerar que,

[a] diferença reside na efetiva mediação, não uma asséptica mediação, mas a ação criativa do autor, sujeito profissional da comunicação. Essa autoria ocorre não nos juízos de valor individualizados, mas na competência profissional, na capacidade de mediar os múltiplos sentidos das coisas (polissemia), assim como as múltiplas vozes (polifonia) que expressam o conflito das versões (MEDINA, 2006, p. 23).

Assim, abrimos espaço para a o afeto, para narrativa solidária, deixando de lado a frieza técnica e racionalista. Um espaço no qual o diálogo busca compreensão e aprofundamento.

Enquanto insistirmos na competência do fazer, despojada de significado humano, pouco se avançará no diálogo possível numa sociedade em que impera a divisão, a grupalidade, a solidão. Se os meios são de comunicação que se encare então o que é comunicar, interligar. O maior obstáculo é o dirigismo com que se executam as tarefas de comunicação social. Na maior parte das circunstâncias, o jornalista (comunicador) imprime o ritmo de sua pauta e até mesmo preestabelece as respostas (MEDINA, 2006, p. 23).

Raul Osório Vargas nos fala sobre o reconhecimento dos caminhos rumo outro na construção da narrativa na reportagem.

No fundo, a filosofia que corresponde à procura da realidade na reportagem, para fazer dela uma narrativa [...], está vinculada ao reconhecimento do outro, que pode acontecer de mil maneiras a partir do cotidiano, da atualidade, dos contextos sociais e culturais, da história dos fatos e do subjetivo Ser Humano, porque este último também forma parte da vida real (VARGAS, 1999, p.22).

Encontrar esse autor mediador, totalmente “afeto” ao Outro dentro de reportagens sobre crianças com deficiência ainda é um desafio. Mas, com certeza, eles existem. Existem jornalistas como Ricardo Kotscho, da Folha de São Paulo, com o qual dialogaremos a seguir.

Vidas e Vozes

Na reportagem “*Ativista de direitos dos autistas entra na política após debates na Assembleia*”, Ricardo Kotscho personifica a ação mediadora e produtora de sentidos a qual reivindicamos ao jornalista até aqui neste artigo. Kotscho “capta conceitos, emoções e comportamentos da sociedade” (MEDINA, 1991, p.196) e os representa na reportagem destacada.

Kotscho traz em seu trabalho o esforço de uma visão de mundo a partir de sua protagonista. Andréa Werner é mãe de Theo, diagnosticado com autismo e hoje com dez anos, e criadora do Blog Lagarta vira Pupa em que divide suas experiências com outras mães. O jornalista, que conta a história de Theo por meio das vozes de seus familiares de forma sensível se mostra como “[...] um sujeito em relação com os sujeitos-fontes de informação e os sujeitos furadores de informação.” (MEDINA, 1991, p.198).

A maior alegria do menino é brincar com o avô Wilson, pai de Andréa, com quem gosta de jogar bola, ver vídeos, montar quebra-cabeças, pular no colo dele e morrer de ri com as cócegas que lhe faz. Leandro, o pai diz que é um encontro de almas. “Eles se conhecem há muito mais tempo do que a gente imagina”. Andrea completa: “São as pessoas favoritas um do outro” (KOTSCHO, 2018, p.10).

Continuando sua narrativa, Kotscho nos inclui no dia a dia de Theo, ele chega da escola, começa a sessão de psicologia, conta sobre seus cachorros e permeando a narrativa ouvimos os depoimentos da mãe: “Com o Theo aprendi a ver a beleza das pequenas coisas [...]”(KOTSCHO, 2018, p.10).”. Esta é o verdadeiro encontro dialógico que

traz à escrita (não importa em que suporte) a fala viva da língua, essa que está presente na poética e não no código racional/conceitual. A narrativa autoral busca então a criação de narrador ou narradores para compor a cena coletiva de ação, pinceladas de intuições sintéticas e ideias abertas. De qualquer forma, esse trabalho de campo – o exercício da reportagem – exige preparo anterior, disponibilidade e encantamento para o signo da relação e sensibilidade criativa para a edição (MEDINA, 2017, p.200)

E assim Kotscho se propõe a possibilidade de “permeabilidade ao outro”, no objetivo de “desconstrução dos pré-conceitos, dos dogmas e dos paradigmas estratificados”. O jornalista entende que “o objetivo principal do trabalho de Andrea na internet é dar acolhimento e informação às mães, e foi por esse caminho natural que ela acabou chegando à política este ano” (KOTSCHO, 2018, p.10).

Kotscho aproveita, a partir da história de Theo e Andréa, para contextualizar a questão das crianças com deficiências em nossa sociedade. Questões como: saúde, “a mãe de Theo, que tem plano de saúde, pesquisou no Google para encontrar um neuropediatra, mas a maioria das mães enfrenta uma fila de espera de até dois anos no SUS para marcar uma consulta com médico especializado”; e o abandono dos pais, “muitos pais rejeitam os filhos e vão embora de casa, largam as mães sozinhas, os avós se recusam a dar presentes” (KOTSCHO, 2018, p.10).

Assim, ao se deslocar do EU autoral para a alteridade captada no contexto coletivo do presente, a narrativa da reportagem se defronta com múltiplas vozes, múltiplos comportamentos, múltiplos e sempre contraditórios significados. Nesse caos aparentemente indecifrável, a estilística do criador da assinatura coletiva se perde e se acha na inquietude, sem âncoras engessadas nas fórmulas da gramática do jornalismo. Ou melhor, a estética inovadora ensaia uma narrativa, ato criador de autoria ou prazer estético de escrever um cosmos. Aí se funda sua assinatura, cuja batuta rege, tal qual o maestro, a sinfonia social e o imaginário coletivo. As forças simbólicas que aí se cruzam diferem das ideologias reducionistas, das certezas e dogmas estabelecidos ou dos juízos de valor à queima roupa (MEDINA, 2011, p.7)

Kotscho entende o problema central do trabalho de Andréa, “a defesa do uso do espaço público por crianças com deficiência ao notar que muitas mães tinham vergonha de levá-las para rua” (KOTSCHO, 2018, p.10).. O tipo de sensibilidade de entender os problemas do Outro.

É a mente consciente, sensibilizada pelos cinco sentidos, que nos faz abertos ao mundo e sua circunstância. Por isso, na reportagem enquanto diálogo social, a observação vai à frente da técnica de entrevista. Se esta já mereceu revisões críticas no jornalismo, pouco se presta atenção no aparato sensível em que se dá o contato com o outro e o mundo. Na captação plena, os sentidos se mobilizam para enviar informações preciosas à linguagem dialógica (MEDINA, 2011, p.6).

Por fim, Kotscho faz uma comparação para que possamos refletir como nós enquanto sociedade estamos tratando crianças com deficiência. A comparação com os EUA é inevitável, lá uma em cada 59 pessoas tem algum grau de autismo. Aqui não sabemos. “Sem saber quantos são, como e onde vivem, fica difícil criar qualquer

programa em defesa de crianças como Theo, que teve a sorte de encontrar pais como Andrea e Leandro, uma família feliz”

A poética da interpretação se enriquece, ao compará-la com a opinião individualizada. O protagonismo humano e histórias de vida, contexto coletivo, raízes histórico-culturais e diagnósticos/prognósticos dos especialistas comparecem à arte de tecer o presente ou a reportagem assinada por um vocalizador-articulador da voz coletiva. A narrativa da contemporaneidade se mostra então fértil na racionalidade complexa, irrigada pela sensibilidade ética e a inovação estética. Há espaço na montagem simbólica, cuja luz central se irradia das histórias humanas, com ênfase nos anônimos e no cotidiano, para o contexto regido por forças de poder econômico, político, cultural e analisado pelos especialistas (MEDINA, 2011, p.10).

Caminhos a serem percorridos

Contar histórias ricas em polifonias e polissemias, entremeando as mediações sociais e a ação solidária com um pensar complexo, este é o modelo de interpretação que buscamos. Um modelo que acolhe, abraça diferentes sentidos, sob múltiplas perspectivas e ângulos de visão e põe em diálogo diferentes vozes e estabelece a inclusão como seu lema nas narrativas da contemporaneidade.

Cremilda Medina nos aponta caminhos de compreensão e dialogia na prática da interação social no jornalismo. “Somos humildes aprendizes do diálogo possível [...]. O repórter, nestas circunstâncias, precisa do silêncio subjetivo, dos sinais dos cinco sentidos e da despoluição da consciência para a escuta da intuição criadora” (MEDINA, 2008, p.67).

Para que possamos entrar de forma definitiva numa sociedade inclusiva, precisamos remover nossas armaduras, as carcaças com que enfrentamos o mundo sempre tentando nos proteger. É preciso nos sensibilizarmos e abriremos nossos corações. Retirar as carcaças também significa recuperarmos a visão. Não o simples ato de enxergar, mas o tempo do olhar, o tempo de se perder na pessoa com que se dialoga. Inspirados nas ideias de Flusser (2007), precisamos cultivar uma perspectiva adequada e um olhar sem preconceito.

REFERÊNCIAS

FLUSSER, V. **Bodenlos: uma autobiografia filosófica**. São Paulo: Annablume, 2007.

KOTSCHO, R. Ativista de direitos dos autistas entra na política após debates na Assembleia. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, p. 10, 18 jun. 2018.

LAGE, N. **A reportagem**. Teoria e Técnica da Entrevista e Pesquisa Jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MANUAL da Mídia Legal. **Jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade**. – Rio de Janeiro: WVA, 2002.

MEDINA, C. (org.). **Série Novo Pacto da Ciência: A crise de paradigmas**. São Paulo, ECA/USP, 1991.

_____. **Notícia, um produto à venda**. São Paulo: Summus, 1998.

_____. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

_____. **Criador da assinatura coletiva ou artífice do diálogo social**. São Paulo, 2011.

_____. JORNALISMO E COMPROMISSO SOCIAL: a arte do diálogo e das vozes plurais em Cremilda Me. **Âncora**, João Pessoa, ano 4, vol. 4, n.2, p. 193-205, jul./dez. 2017.

MELO, J.M; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom - RBCC**, São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>>

RELATÓRIO **Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Governo do Estado de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf>

RIBAS, J. **O que são pessoas deficientes?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SODRÉ, M; FERRARI, M. H. **Técnica de Reportagem**: Notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

VARGAS, R.H.O; FONSECA, A.A. Fato, trama e narrativa: um diálogo entre o Jornalismo e a Historiografia. **Líbero**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 21-32, jun. de 2012. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/1-Fato-trama-e-narrativa.pdf>>

VIVARTA, V. (coordenação). **Mídia e deficiência**. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi); Fundação Banco do Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.andi.org.br/pdfs/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em 10/06/2016.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro, WVA, 1997.